

ACTA DA REUNIÃO DE 9 / 02 / 2014

ACTA N.º 1/2014

-----A Assembleia Municipal de Sertã reuniu no respectivo salão, em sessão ordinária, nos termos da Lei nº 75 de 12 de setembro de 2013, para deliberação sobre os assuntos constantes na ordem de trabalhos, no primeiro dia do mês de fevereiro de dois mil e catorze pelas 15 horas, presidida Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, auxiliado pelos secretários Susana Margarida Farinha André e Luis Martins Ribeiro. -----

-----Feita a chamada verificou-se a existência das seguintes presenças: Alfredo Manuel Pereira Geraldês Dias, José Luis de Moura Martins Jacinto, José Paulo Barata Farinha, Susana Margarida Farinha André, João Carlos Silva Almeida, Cristina Maria Farinha Simão Dias, António José Lopes Simões, Márcia Filipa Caldeira Nunes, Cristina Alexandra dos Reis Nunes, Luis Martins Ribeiro, Nuno Pedro Leitão da Costa Melo, Paulo Alexandre Carmo Cavalheiro, Mónica Paula S. Custódio, Hélder José Nunes Tomé; Paulo Jorge António Martins Ferreira, Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira, Patrícia Alexandra Mendes Cadete, Maria de Lurdes G.P. Matos, António Manuel Cruz Oliveira Guerra, José Joaquim Nunes Mendes, Ângelo Rosa da Costa, Ramiro Alves da Silva, Joaquim José Costa dos Santos, Paula Maria Martins Fernandes, Diamantino Pires Calado Pina, Pedro José Fernandes Vitorino Coelho, Amadeu Antunes Fernandes, Manuel Francisco Antunes Dias, José da Silva Nunes, Manuel Nogueira Figueiredo e António Lopes Alves. -----

Pediram a suspensão do mandato que foi apreciada e aceite os seguintes deputados municipais: Senhor Álvaro Fernando Carvalho Monteiro (PS) por um dia, tendo sido substituído pelo deputado Senhor Paulo Alexandre C. Cavalheiro. -----

Senhor Carlos Alberto Miranda (PS) por um dia, tendo sido substituído pela deputada Cristina Maria Farinha Simão Dias. -----

Senhora Raquel Sofia Dias Fernandes Peres Pereira Horta (PSD) por um dia, tendo sido substituída pela deputada Mónica Paula S. Custódio. -----

Senhor José Luís Eugénio Lopes (PSD) por um dia, tendo sido substituído pelo deputado Hélder José Nunes Tomé. -----

Senhora Maria Gracinda Lourenço Marçal (PS) por um dia, tendo sido substituída pelo Senhor António Lopes Alves. -----

----- **1 - PERÍODO DE “ANTES DE A ORDEM DO DIA”.** -----

----- **1.1 – Informações sobre o expediente da Assembleia Municipal.** -----



-----**Presidente da Assembleia** Declarou haver quorum e abriu a sessão.-----

Deu as boas vindas a todos os presentes. Agradeceu os convites recebidos. Posteriormente ao expediente enviado aos senhores deputados foi recebida uma informação da ANMP - parecer jurídico - relativo às “Incompatibilidade de funções decorrente do exercício da atividade de docente do ensino superior Membro da Assembleia Municipal “, o que será incluído na próxima sessão para análise, dado que é assunto que a todos interessa. -----

- Teceu algumas considerações no sentido de as sessões da Assembleia Municipal serem mais produtivas porque a ultima se prolongou dado que algumas intervenções foram algo longas e foi despendido tempo em questões que não são centrais para discussão em Assembleia Municipal. Indicou que de futuro se procurará gerir o tempo disponível, que é limitado, de forma a focar prioritariamente a discussão dos assuntos mais relevantes para o Município. Solicitou a colaboração de todos os deputados para atingir este objetivo. -----

-----**1.2 – Apreciação de Assuntos de Interesse para o Município.**-----

----- **José Luís Moura Jacinto (PSD):** Na sua intervenção defendeu que no concelho da Sertã existe um espaço urbano comum que se estende horizontalmente no território do concelho, da Várzea dos Cavaleiros ao Casal da Madalena. Criado por vontade das pessoas, resulta do crescimento de todas as localidades nele integradas, que se foram aproximando e juntando. Esse espaço urbano comum pode ser essencial para o desenvolvimento do concelho mas, para tal, é indispensável todas as autoridades locais tenham dele uma visão de conjunto.-----

-----**Manuel Francisco Dias (PS):** Sendo Pedrogão Pequeno uma freguesia turística por natureza e também uma entrada para o Concelho da Sertã, apelava para que a Câmara Municipal junto à zona envolvente da capela de São Sebastião, recupere o parque infantil bastante danificado de modo a que dignifique o local. -----

-----**Diamantino Pina (P.S.D.):** De imediato louvou a intervenção do Senhor Deputado José Luis Jacinto, tudo o que disse é de elevada importância e tem todas as condições para ser um sucesso. -----

Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o que se tem feito no último mês no que diz respeito à saúde?-----

Teve conhecimento que foi submetido ao Quadro Comunitário 2014-2020 através da CCRC um lote de 30 projetos, que consideraram obras estruturantes, mas nada consta em relação à ER 238. -----

Foi criada a “ Grande Rota do Zêzere” tem um percurso de 200 Km, no seu entender demasiado longa. Temos um Hotel no Vale da Ursa - junto ao rio Zêzere, mas não existem percursos que o envolvam e por isso os turistas procuram os do concelho vizinho. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 102/2014

Ainda questionou o Senhor Presidente sobre o custo do m2 dos terrenos das zonas industriais do concelho. Existem empresários que se querem instalar mas consideram os preços elevados. Entende que se deviam praticar preços simbólicos. -----

-----**António Guerra (CDS):** Lembra que os acessos à cidade de Tomar estão piores, o inverno tem sido rigoroso houve queda de barreiras. Pertencemos à Comunidade Medio Tejo, o que foi feito em prol da ER 238. O estado degradante em que se encontra aquela via está a prejudicar Cernache do Bonjardim no ponto de vista social, cultural, económico e de lazer. -----

Alerta que há cerca de um ano aconteceu o temporal, danificou alguns contentores junto há antiga “Casa do Povo”, os mesmos continuam no local, deviam ser substituídos. -----

De acordo com a informação enviada aos grupos sobre o processo administrativo nº 3/12 estranhou que esta Assembleia Municipal não tenha sido informada que o processo estava a decorrer como denúncia anónima, por outro lado lamenta que os tribunais que estão a fazer justiça demorem um ano a finalizar um processo fácil. -----

Por fim referiu que a sua conduta, política e ética, está associada, ao longo dos anos serviu os interesses do Concelho e ninguém o colocou em causa. Se a política está separada da ética entende-a como um abuso de poder. -----

-----**Lurdes Sequeira (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo I) -----

-----**José da Silva Nunes (PSD):** Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Lurdes Sequeira sobre o Museu tem conhecimento que esta semana se abordou o assunto. Foi entregue candidatura. Está agendada uma reunião na Pinhal Maior. A abertura do Museu é fundamental. Seguidamente referiu que foi surpreendido com um artigo publicado no jornal “ A Comarca da Sertã” (Anexo II), sempre procurou resolver os assuntos no local exato, isto é, na junta de freguesia de Várzea dos Cavaleiros mas infelizmente não houve abertura, assim apresenta documentos de troca de correspondência efetuada entre as Juntas de Freguesia de modo a que os munícipes o compreendam. (Anexo III). -----

-----**Márcia Nunes (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IV) -----

-----**Nuno Melo (PSD):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo V) -----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Congratulou-se com as obras de ampliação do Ginásio das Piscina Municipais cobertas. -----

Parabéns ao executivo pela aprovação das candidaturas de “Execução de rede de drenagem de águas residuais domesticas em Outeiro da Lagoa – Sertã” e “Milheirós – Cernache do Bonjardim”.
Relembrou as palavras do Senhor Presidente aquando da avaliação dos três anos de trabalho na Câmara Municipal da Sertã “ Percebo o papel das oposições. Cabe-lhes contrapor ideias, mostrar caminhos alternativos, vigiar e fiscalizar, garantes de uma democracia saudável e efetiva. Mas chegada a hora das avaliações que estas sejam justas e verdadeiras. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** O Senhor Deputado José Luis Jacinto na sua intervenção de hoje como na última sessão da Assembleia Municipal, falou em termos de desenvolvimento regional, espaço urbano comum, faz sentido, estamos a falar de duas zonas com mais população, esta união e consolidação de espaço urbano é benéfico, é uma expansão natural e tem mais sucesso. -----

Respondendo ao Senhor Deputado Manuel Francisco Dias referiu que logo que possível se fará a substituição dos equipamentos do jardim infantil junto à capela de S. Sebastião em Pedrogão Pequeno. Não queremos zonas abandonadas. -----

A propósito da intervenção do Senhor Diamantino Pina relativamente à saúde informou que a falta de médicos no concelho já se arrasta há alguns meses Os concursos são abertos, mas não existem médicos que queiram concorrer para o concelho. A partir de hoje chega um médico a Cernache do Bonjardim. De momento temos seis médicos fixos e seis médicos a tempo parcial no Concelho. -----

Sobre a E.R 238 informou que vai fazer parte do Plano Estratégico da Comunidade Intermunicipal Médio Tejo , é uma das obras que tem prioridade. Uma obra que se poderá considerar também estratégica e que contemplaria todos os municípios que fazem parte da Comunidade Médio Tejo seria uma via ferroviária, pensando neste caso no escoamento de mercadorias. Não significando, no entanto que seja uma aspiração consumada nesta fase. -----

Quanto à Grande Rota do Zêzere é extensa porque inclui todos os concelhos da nascente até à Foz do rio Zêzere, mas vão ser feitos percursos pedestres complementares. -----

Nunca teve conhecimento que algum empresário se quisesse fixar nas zonas industriais e não o fizessem por acharem elevado os 10 euros o metro quadrado, não queremos que isso aconteça temos que ultrapassar essas situações. -----

Respondendo às questões que lhe foram colocadas pelo Senhor Deputado António Guerra informou que já se realizaram várias reuniões sobre a ER 238, as obras vão ser realizadas, mas não com a rapidez de se gostaria. Informou que se os ecopontos não se encontram em condições tem que ser substituídos. -----

ACTA DA REUNIÃO DE 9/10/2014

Sobre o processo administrativo 3/12 referiu que logo que o mesmo deu entrada no Município foi reencaminhado para conhecimento do Senhor Presidente da Assembleia Municipal.-----

Respondendo à Senhora Deputada Lurdes Sequeira referiu que não existe ninguém que não concorde com a abertura de um espaço museológico com condições que passe pela recuperação de património e ao mesmo tempo que seja sustentável. Sobre as futuras obras no edifício da Escola da Carvalha a traça vai ser mantida. Quanto ao espólio que existe no Fundão informou que já existe espaço aprovado para o receber.-----

Para finalizar, disse à Senhora Deputada Márcia Nunes que faz todo o sentido ouvir os jovens, as suas ideias são deveras importantes poderá realizar-se o Parlamento Jovem ou Conselho Municipal da Juventude, o futuro está na mãos dos jovens.-----

-----**2 – PERÍODO DE “A ORDEM DO DIA”.**-----

-----**2.1 – Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira.**-----

-----**Patrícia Cadete (P.S.D.):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VI)-----

-----**José Paulo Farinha (PS):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VII)-----

-----**Diamantino Pina (P.S.D.):** Louvou a iniciativa da Câmara Municipal “ Sertã Terra do Pinheiro de Natal”, teve sucesso ultrapassou todas as expetativas, levou o nome da Sertã a muitas cidades.-----

Lamentou que o CLAS não tenha a participação de elementos do Instituto Vaz Serra ou do Centro de Assistência Beato Nuno de Santa Maria.-----

-----**João Carlos Almeida (PSD):** Fez uma referência ao início do processo administrativo 3/2012, de que é interveniente, o assunto já tinha sido levantado numa Assembleia Municipal realizada em Cernache do Bonjardim. Na altura não deu conta da incompatibilidade. A votação foi de 32 votos a favor e 2 contra, em nada influenciaria não ter votado, reconheceu o erro, mas não chegou, houve uma denúncia anónima no sentido de perda de mandato. Nunca usou a política para uso próprio, nunca mudou de ideologia, nunca se demitiu das funções para que foi eleito. Lamenta que tenham ido mais além como se fosse de uma gravidade extrema, tem que haver ética e coerência.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Efetivamente esta informação foi enviada e incluída por considerar que é um parecer claro e relevante para que os membros da Assembleia Municipal possam perceber quando estão em incompatibilidade nas suas funções. Tanto na questão de votação, familiares ou intervenção nos processos-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Informou a Senhora Deputada Patrícia Cadete que a Câmara Municipal tem um projeto de regeneração urbana para a avenida Gonçalo Rodrigues Caldeira e possivelmente irá ultrapassar os problemas que existam. -----

Quanto aos pavilhões desportivos precisam de uma intervenção urgente pois estamos a falar da segurança dos munícipes. -----

O Senhor Deputado José Paulo Farinha falou na nomeação por parte da Assembleia, do membro eleito entre os Presidentes de Junta para fazer parte do Conselho Local de Educação mas referiu que o mesmo foi decisão da Assembleia Municipal. -----

2.2 – Apresentação e discussão de formas de promoção do envolvimento da sociedade no debate de assuntos estratégicos do Município;-----

-----**Presidente da Assembleia:** No âmbito das funções que desempenha informou que gostaria de promover o envolvimento da sociedade e da comunidade em geral nos assuntos que interessam ao Município. -----

Nesse sentido adiantou que uma iniciativa já foi efetuada em mandatos anteriores e realizadas com sucesso, foram os “Parlamentos Jovens”, vão trazer-los à Assembleia Municipal para que tenham a oportunidade de apresentar propostas e ideias. Irá ser seguido o mesmo enquadramento, incluindo-os numa Assembleia que contenha assuntos interessantes. É relevante ver a sua iniciativa e o seu envolvimento, sendo positivo a todos os níveis. -----

É preciso tirar proveito, de modo a existirem discussões produtivas, ativas para que se possa dessa forma, melhor posicionar a Sertã, procurando ter uma postura positiva, pro ativa. -----

A segunda iniciativa relaciona-se com a discussão de assuntos estratégicos para o Município, referiu existirem muitos assuntos sobre os quais seria bom promover discussões, exemplos disso são: a ação social, agricultura, água, educação, energia, florestas, património e turismo. Propôs que um dos temas fosse colocado na ordem de trabalhos, por exemplo numa base anual, de maneira que fosse discutido, dando conhecimento à população para que houvesse ainda mais intervenção do público. Esse debate deveria ter como objetivo identificar, na área em discussão, quais os objetivos a que o Concelho deverá aspirar, onde está, o que precisa para atingir os objetivos identificados e em particular o que é que a Câmara Municipal pode fazer para esse fim, sendo fácil de entender que a Câmara Municipal não é milagreira, tem simplesmente o seu campo de ação. -----

Sobre este ponto da ordem do dia intervieram ainda: -----

-----**Diamantino Pina (P.S.D.):** Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo VIII) -----

ACTA DA REUNIÃO DE J 102/2014

-----**Paulo Jorge Ferreira (PS)**: Manifestou todo o seu apoio ao debate público promovido pela União de Freguesias de Cernache do Bonjardim Nespéral e Palhais relacionado com E.R. 238, efetivamente todos sabem que se tornou penoso falar sobre a estrada que nos liga a uma cidade histórica.-----

Apela que se averigue junto das autoridades competentes qual a perigosidade da “ Reta dos Pinheiros”, assistimos frequentemente à colocação de radares de velocidade naquela zona, não sendo área de acidentes não se compreende, talvez a colocação de lombas porque é propícia a altas velocidades, assim evitava a deslocação das autoridades ao local.-----

Concordou com as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de modo reiniciarem as Assembleias Jovens. Relembrou a intervenção do Senhor Deputado Manuel Dias no que diz respeito à descentralização das Assembleias Municipais, é um bom caminho para o envolvimento da população nos projetos estratégicos para o concelho. Sempre se preocupou como cidadão, não contribuindo, porque as Assembleias eram realizadas em horário laboral, realizando-se aos sábados, já é um contributo para estar aqui mais público, o horário é adequado.-----

O Senhor Presidente da Câmara, numa anterior Assembleia referiu o que Orçamento e Plano era um documento dinâmico não estava fechado, se queremos jovens nesta Assembleia temos que lhes oferecer algumas condições. O Município tem que pensar neles, é triste verificar que hoje muitos jovens ficam à porta das Universidades, não por causa de falta de mérito, mas por questões financeiras. Senhor Presidente, Senhora Vereadora da Educação apoiem estes jovens para que ninguém deixe de estudar, temos cerca de 300 jovens do concelho em várias cidades, são essenciais para solidificar o futuro da Sertã.-----

Para finalizar felicitou a Câmara Municipal pelo apoio dado ao livro “ História da Sertã “ do jovem Rui Pedro Lopes.-----

-----**João Carlos Almeida (PSD)**: Quanto à Assembleia Jovem já tinha sido proposta no mandato anterior, apesar de não se ter realizado. Já subsiste uma assembleia jovem, é motivo para se ficar sensibilizado com as capacidades dos jovens deputados quando da sua primeira intervenção. Esta Assembleia tem um saldo qualitativo interessante esperando a contribuição de todos para defender os interesses do Município.-----

Quanto ao Orçamento participativo enquadra-se plenamente neste tema, o executivo tem que ter uma reserva para vários projetos, com limitação de montantes.-----

-----**Presidente da Câmara**: Respondendo ao Senhor Deputado Diamantino Pina, o Orçamento Participativo faz sentido, mas só quando a Câmara Municipal tiver a oportunidade de o contemplar no orçamento, até agora a situação financeira não permitia tirar uma parcela para fazer

face a quatro ou cinco projetos e em relação a isso temos que escolher um ou dois projetos em função da verba disponível. A propósito da envolvência da sociedade, faz todo o sentido criar um espaço próprio, assim os munícipes participem, para que se tomem decisões importantes para o concelho.-----

O Senhor Deputado Paulo Ferreira focou o tema do apoio aos estudantes, existe regulamento que contempla bolsas a estudantes universitários. Faz todo o sentido a Câmara tomar a iniciativa de apoiar os jovens com falta de recursos financeiros para que não deixem de estudar, de modo a não haver abandono escolar.-----

Relativamente à instalação de lombas na Rua dos Pinheiros em Cernache do Bonjardim, é assunto que terá de ser analisado convenientemente-----

-----**Presidente da Assembleia:** Relativamente às iniciativas definidas sobre este ponto da ordem do dia as propostas serão apresentadas na devida altura e votadas passando, muito provavelmente e de entre outras, pela realização de uma Assembleia Jovem no final do ano.-----

2.3 – Apreciação, discussão e votação do " Abertura de Procedimento Concursal para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado";-----

O Grupo Parlamentar do PS apresentou declaração de voto que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo IX)-----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por maioria e com efeitos imediatos.-----

----- 29 – A Favor----- 2– Abstenções-----

2.4 - Apreciação, discussão e votação da "Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia no âmbito dos Transportes Escolares" .-----

-----**Diamantino Calado Pina (PSD):** Mostrou o seu desagrado pelas poucas competências atribuídas às Junta de Freguesia. Espera mais delegações de competências com a saída na nova Lei --

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade e com efeitos imediatos.-----

2.5 – Apreciação, discussão e votação da " Atualização das Taxas de Ocupação do Terminal Rodoviário, Bar-Restaurante e Quiosque instalados no Centro de Coordenação de Transportes da Sertã.-----

Posta à votação a proposta foi Aprovada por unanimidade .-----

-----**3 - Período destinado ao Público:-----**

-----**Sr. Eduardo Patrício** – Cernache do Bonjardim – Iniciou a sua intervenção conforme documento que se anexa e faz parte integrante da presente ata (Anexo X)-----

ACTA DA REUNIÃO DE 9/10/2014

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a ata da sessão realizada no dia vinte e oito de dezembro de dois mil e treze, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

A sessão foi encerrada pelo Senhor Presidente da Assembleia pelas 18 horas, da qual eu, Fátima Piedade Carreiro Folgado Fernandes, lavrei a presente ata, aprovada em minuta por unanimidade, e que vai ser assinada.-----

----- O Presidente da Assembleia, Alfredo Manuel Pereira Mendes Dias

----- O Assistente Técnico, Fátima Folgado Fernandes

Assembleia Municipal, Sertã, 1 de fevereiro de 2014

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal

Exmos Senhores Secretários

Exmo. Sr. Presidente da Câmara

Exmos Senhores Vereadores

Exmos. Membros da Assembleia

Exmos Senhores da Comunicação Social

E Prezado público

A todos saúdo com votos de boa tarde

Esta minha intervenção tem como objetivo principal sensibilizar o executivo camarário para o seguinte aspeto:

Sertã, vila com História, com legado/património, que ao longo dos tempos tem vindo a ser requalificado, tratado, demolido, adaptado para outras áreas, e/ou delapidado.

Relembro o Plano Plurianual de investimentos para o ano de 2014, (aprovado na transata Assembleia Municipal) nomeadamente na rubrica destinada à Cultura **02 001 2014/35 Reconversão de edifícios destinados a espaços museológicos no montante de 10 mil euros**, felicito o executivo por apresentar já alguma ideia neste âmbito, mas julgo que é pouco; na minha opinião esta é uma das áreas da cultura de que o concelho mais carece, merecendo um olhar mais atento de todos nós.

É cada vez mais reconhecida a importância cultural que os museus em geral, independentemente do tipo de tutela, modelos, coleções e vocações, têm vindo a assumir na sociedade contemporânea.

E, particularmente, a nível autárquico, a realidade museológica tem vindo a comprovar a relevância estratégica deste tipo de equipamentos para a definição de políticas culturais.

Os museus municipais, na atualidade, constituem um valiosíssimo património que urge preservar, desenvolver e divulgar. Melhor do que quaisquer outros espaços afins, descentralizam e dinamizam a ação cultural propriamente dita, aproximam as populações atuais dos seus valores passados, e atuam numa esfera de espaço/função social mais ativa e direta junto do meio.

Um museu, em pleno funcionamento, assegura ainda, uma útil e proveitosa cumplicidade entre os estabelecimentos museológicos e a população local e não só, de que resulta um intercâmbio de ajudas e interesses mútuos, que envolvem vastas camadas populacionais, levando a que estes funcionem como espaços acessíveis, vivos e abertos a toda a região. Por outro lado, é de fazer notar que, apesar destes equipamentos – integrantes do património imóvel privado municipal – serem espaços abertos à sociedade, na sua nobre missão cultural e educativa, devem dispor, para o desenvolvimento pleno da sua vocação, de recursos financeiros suficientes, através do orçamento municipal, no intuito de se assegurar a respetiva sustentabilidade e o cumprimento das suas funções.

Com efeito, e sem prejuízo do anteriormente referido, numa perspetiva de auxiliar a sustentabilidade do sistema, os espaços museológicos podem e devem explorar também as suas potencialidades de rentabilização, ao proporcionar o acesso a novos públicos, através da divulgação dos acervos museológicos e, igualmente, mediante a realização, em paralelo, de ações de carácter educativo, didático e lúdico.

Ora, pretendendo-se procurar sempre a qualidade, a promoção do acesso à cultura e o enriquecimento do património cultural, não só pela organização, funcionamento e gestão dos museus municipais, como, igualmente, pela aplicação de boas práticas museológicas e, ainda, pelo alargamento dos seus públicos, contribuindo, assim, para um desenvolvimento integrado das comunidades locais.

De facto, compete ao Estado, no âmbito dos deveres culturais constitucionalmente consagrados, e em colaboração com todos os agentes culturais, nomeadamente:

- *Promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da sua identidade comum;*
- *Incentivar e assegurar o acesso de todos os cidadãos aos meios e instrumentos de ação cultural;*
- *Apoiar as iniciativas que estimulem a criação individual e coletiva, nas suas múltiplas formas e expressões.*

Foi publicada, no passado dia 12 de setembro, a Lei n.º 75/2013, da mesma data, que estabeleceu o novo regime das autarquias locais, das entidades intermunicipais e do associativismo autárquico, revogando o conjunto de leis que anteriormente regulavam estas matérias (mantendo-se, contudo, em vigor as disposições da antiga Lei das Autarquias locais relativamente à eleição e organização dos órgãos autárquicos).

A mesma, no contexto das atribuições do Município, artigo 23.º n.º1 determina o seguinte: "*Constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias e o n.º2 , alínea e) estabelece como domínio o Património, Cultura e Ciência,*

Por seu turno, na esteira da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro – que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.

A Lei-quadro dos Museus Portugueses (Lei nº47/2004 de 19 de Agosto) define o conceito de Museu (art.º 3) como sendo:

“uma Instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite:

- a) Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos.*
- b) Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.”*

Tendo conhecimento da existência de variado material arqueológico do concelho da Sertã, resultante de escavações efetuadas, nomeadamente o que se encontra à guarda da Direção Geral da Cultura do Centro, na extensão do Fundão, sou de opinião que o Município poderá idealizar um **Museu do território da Sertã** que venha a albergar esse espólio e do qual as gerações vindouras se possam orgulhar.

O qual teria como principal objetivo a revelação de conhecimentos fulcrais à compreensão e entendimento do legado histórico, abrindo novas perspetivas para sentir a evolução do território ao longo de séculos de vivência.

Com este tipo de investimento visa-se a implementação de políticas que salvaguardem a preservação e valorização da nossa terra. Podendo-se assim criar uma visão integral, territorial e sustentável que mais cedo ou mais tarde se vai tornar numa referência cultural que valoriza o nosso património e oferece novas oportunidades de conhecimento aos diversos públicos turísticos que nos visitam e/ou passarão a visitar.

Seria assim possível mostrar as tradições dos nossos antepassados como protagonistas do desenvolvimento deste território, potenciar o conhecimento do concelho junto da comunidade escolar e turística, dar a conhecer as potencialidades etnográficas, os seus saberes e tradições, fomentar o conhecimento do concelho junto dos munícipes inculcando-lhes valores para a sua preservação, fruição e entendimento, estimular a protecção do património e a identidade local, dar novas funções a áreas patrimoniais que se encontram degradadas,

Ouso apontar a Escola Conde Ferreira, ao cimo da Carvalha como um dos edificios a ser alvo de reconversão/adaptação a Museu – ligado ou não à Educação - , mantendo a sua traça original, bem como a área envolvente ainda disponível, dadas as excelentes características do local, - junto da Casa da Cultura, ao Posto de Turismo, ao Jardim da Serrada, ao Bar do Município o qual poderia vir a ser parte integrante do Museu -.

Assim como desenvolver esforços junto dos particulares (ver o interesse/comprar/ expropriar) e recuperar por exemplo o que ainda resta do Lagar de Azeite no Porto da Cruz

(Fonte da Mata, na freguesia do Cabeçudo), local do meu ponto de vista estratégico em termos geográficos. Musealizar o local e implantar um espaço cultural/turístico - criação de ponto de venda de azeite, produtos endógenos e produtos derivados do azeite, queijo em azeite, azeitonas, bar, merchandising com base em produtos de azeite, sei que vão dizer que é mais do mesmo, é verdade mas para quem não tem nada...

Pois aproveito para relembrar o antigo Lagar (junto às nossas piscinas) tão bem implantado nas margens da nossa ribeira, e do qual apenas resta uma das rodas... é certo que a sensibilidade para a cultura tem vindo a mudar e como diz o escritor António Lobo Antunes que cito ...**"Aquilo que vai ficar de um povo é a sua cultura..."**

No último levantamento dos Museus e Espaços museológicos na Região Centro, efetuado no ano de 2010-2011 pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, num total de 77 concelhos, foram identificados um total de 308 espaços. Foi também possível verificar que cerca de um terço destas infraestruturas estão localizadas em duas NUTS do Litoral: no Baixo Mondego e no Baixo Vouga. Verificam ainda, que a percentagem destes equipamentos nas NUTS do interior é equilibrada entre si, com exceção do Pinhal interior Sul (onde se inclui a Sertã) onde a percentagem é muito baixa.

Na Região foram assim identificados várias tipologias de Museus e espaços museológicos como: (Museus de Arte, História e Arqueologia, Ciências Naturais, História Natural e Ecomuseus, Ciência e da Técnica, Etnografia e Antropologia, Mistos e pluridisciplinares, Sítios Arqueológicos e Monumentos musealizados) num total de 308 à data de dezembro de 2010.

Sertã constou no levantamento e figura no respetivo Roteiro dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro, com o "Museu do Clube da Sertã", na pág.293 – pode ler-se que: *"O museu é constituído por um conjunto de peças muito diversificadas: animais em clorofórmico e embalsamados, carcaças de diferentes animais, artefactos arqueológicos, armas de caça oriundas de África, esculturas em pau preto, cerâmica, azulejaria, traje, numismática, notafilia e utensílios antigos diversos"*, com a Tutela do Clube da Sertã.

Que, a meu ver, e de acordo com a Lei 47/2004 de 19 de agosto, Art.º 4º 1, será eventualmente uma *coleção visitável*, conforme definição:

" o conjunto de bens culturais conservados por uma pessoa singular ou por uma pessoa colectiva, pública ou privada, exposto publicamente em instalações especialmente afectas a esse fim, mas que não reúna os meios que permitam o desempenho das restantes funções museológicas que a presente lei estabelece para o museu"

Quero lembrar também, que o Património Industrial na museologia contemporânea é já algum, no nosso caso português temos no nosso distrito dois Museus que tratam o património Industrial; o Museu dos Lanifícios da UBI na Covilhã e a Moagem – Cidade do Engenho e das Artes no Fundão. Ao todo, nesta categoria, dados da Rede Portuguesa de Museus, estão catalogados a nível nacional um total de 81 infraestruturas, mas existem muitos mais que não se encontram registados na Rede.

É notória a falta de Museus na área da transformação de madeiras/indústria das madeiras. Estou a pensar na antiga serração do António de Freitas Lopes, em Cernache do Bonjardim, desativada já há alguns anos, entre outras de menores dimensões no nosso concelho.

A exemplo do que se passa com os lagares, também as serrações tiveram o seu lugar junto à nossa ribeira.

Gostava de abrir aqui um parenteses em relação às margens da nossa ribeira que em tempos se constituiu como polo de desenvolvimento da nossa economia local, para referir o enquadramento das serrações, dos lagares e dos moinhos de farinha, na sua geografia e que hoje se constituem como um património de valor inestimável, uma riqueza turística e um potencial valor económico. (através da reativação de produções de bens ancestrais, como o linho os chás, o mel, os derivados da pastorícia – queijo, gado caprino e ovino – ou até o medronho)

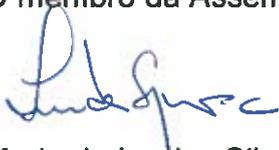
Faz todo o sentido valorizar este património dado que somos a zona do pinhal e a terra do pinheiro faz algum sentido recordar e preservar os tempos em que esta indústria da transformação da madeira foi e é entre nós muito rentável e como chegou até aos nossos dias.

Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia ficam as sugestões/ideias a recomendar encaminhar ao Executivo Camarário.

Finalizo com o lema “A nossa Sertã merece um MUSEU, pensem nisso!”

A todos, muito obrigada pela atenção dispensada.

O membro da Assembleia Municipal



Maria de Lurdes Silva Teixeira Sequeira



OPINIÃO

Natal – Três em dois (3/2)

O título é pouco sugestivo, mas ao longo da leitura do artigo verificarão que, talvez o não seja assim tanto.

Confesso que não estaria no meu propósito escrever esta meia dúzia de linhas numa quadra em que de uma maneira geral tudo está conotado com palavras substantivas de conteúdo que, convida mais à reflexão do que à denúncia de situações de cariz político. São palavras como: **FAMÍLIA – AMIZADE – PAZ – SOLIDARIEDADE.**

Faço porque estas e outras situações muito idênticas devem ser denunciadas. A desonestidade intelectual, a presunção, a falta de carácter, a hipocrisia e o provincianismo saltoio, têm que ser dadas a conhecer através de pequenos artigos. O que se passa no concelho da Sertão, na minha

modesta opinião é uma total desinformação. Os cidadãos andam muito fora da realidade.

No passado dia 17 de Dezembro de 2013, penso que à semelhança do que se passou nas diversas Escolas de Ensino, bem como nas creches, decorreram simples, mas muito dignas festas de Natal para as crianças e alunos.

Para que a festa na Escola Básica da Várzea dos Cavaleiros decorresse com a normalidade exigida, a senhora coordenadora solicitou a presença do Presidente da Junta, para lhe comunicar o que pretendia fazer e simultaneamente pedir-lhe apoio para as despesas que se iriam efectuar. De imediato recebeu o seu apoio, mas que seria necessário que outras freguesias colaborassem, por a Escola ter alunos residentes. A Presidente de Junta

entrou em contacto telefónico com os Presidentes de Junta da Sertão e da União de Freguesias Ermida/Figueiredo. Recebeu uma resposta afirmativa da segunda e muitas reticências da primeira. Para que não restassem quaisquer dúvidas acabou por fazer uma informação por escrito ao Presidente da Junta de Freguesias da Sertão. Na resposta, recebeu uma informação negativa quanto à participação no almoço, mas que se disponibilizaria para colaborar com uma importância ridícula para aquisição de uma prendinha.

Perante esta situação, a Presidente da Junta da Várzea fez novo contacto com o Presidente da União de Freguesias da Ermida/Figueiredo que se disponibilizou para o pagamento em forma proporcionada pelas

crianças em causa. Aqui está a razão do título do artigo (três em dois). As freguesias com menores receitas tiveram que suportar a despesa da freguesia com maiores receitas. A Escola Básica da freguesia da Várzea dos Cavaleiros tem 44 (quarenta e quatro alunos) assim distribuídos: 25 da Várzea, 11 da Sertão e 9 da Ermida/Figueiredo.

Por ironia e coincidindo com esta resposta, numa das minhas caminhadas diárias, num fim de tarde verifiquei uma concentração nada habitual junto ao edifício da "Casa dos Escuteiros" ao fundo da Alameda da Carvalha. Passando naquele momento no mesmo local um cidadão meu conhecido questionei-o se sabia o que se estava a passar. Não tardou a resposta: **um lance oferecido pela Junta**



ADELINO REIS E MOURA

de Freguesia da Sertão a todos os efeitos da Freguesia em 29 de Setembro, acompanhados das respectivos famílias. Não foi necessária nenhuma reflexão profunda: "dois pesos, duas medidas" com comportamentos diferenciados.

Sempre discordei destas "amezainhas" à custa do dinheiro de todos, mas aceitei-as. A Sertão tem essa enorme virtude: muito folclore com a roupagem de todos, mas apenas para gozo de alguns.

Aos Reis e Encarregados de Educação das crianças da freguesia da Sertão, mas que frequentam a Escola Básica e creche da Várzea dos Cavaleiros deixo apenas esta reflexão: **felizes são aqueles que se deixam levar por promessas falsas e que quando mais se precisa são esquecidos.**

MILITANTE SOCIALISTA

SERTAGINENSE AUSENTE

"Eu Estou Aqui"

...merecedor dos elogios...



ABALBERTO F. BARROS

Freguesia de Sertã

De: Freguesia de Sertã <freguesiadeserta@sapo.pt>
Enviado: terça-feira, 26 de Novembro de 2013 15:48
Para: 'Freguesia Várzea dos Cavaleiros'
Assunto: RE: Convívio de Natal na EB1 da Várzea dos Cavaleiros 2013

Exma. Sr^a
 Presidente da Junta de Freguesia da Várzea dos Cavaleiros

RESPOSTA

Conforme contacto telefónico e após consulta aos elementos da Direção desta Junta de Freguesia, informo que é possível colaborar na aquisição de brindes a entregar a cada um dos 11 alunos da EB1 da Várzea dos Cavaleiros, até ao valor de 1,80 eur + iva.

Tal como tinha comentado com a Sra Presidente, temos 4 alunos residentes na V/ freguesia a estudar na EBS e/ou Jardim de Infância da Sertã, conforme informação da secretaria do agrupamento de escolas da Sertã, mas mesmo assim não vos solicitamos apoio por esse facto.

Relativamente ao almoço convívio que pretendem realizar, informo que nas escolas da Sertã é realizado um almoço convívio partilhado entre pais/encarregados de educação e as escolas, razão pela qual queremos manter os critérios aplicados, não estando assim disponíveis para colaborar no almoço que pretendem realizar.

Com os melhores cumprimentos,
 José Nunes
 Presidente da Junta de freguesia da Sertã

De: Freguesia Várzea dos Cavaleiros [<mailto:freguesiavarzeacavaleiros@hotmail.com>]
Enviada: terça-feira, 19 de Novembro de 2013 16:48
Para: freguesiadeserta@sapo.pt
Assunto: Convívio de Natal na EB1 da Várzea dos Cavaleiros 2013

SOLICITAÇÃO

Exmo. Senhor

Presidente da Junta de Freguesia da Sertã

Conforme conversa telefónica, foi solicitado ao Sr. Presidente para que participasse no apoio ao convívio de Natal - 2013, na EB1 da Várzea dos Cavaleiros. A razão deste pedido é decorrente de reunião com a Sra. Coordenadora da Escola.

Na mesma fomos informados que a escola pretendia fazer um almoço convívio (decidido pelos professores e pais), no dia 17 de dezembro de 2013.

Fomos também informados que a escola tem actualmente 44 crianças das quais 11 são residentes na freguesia da Sertã. Desta reunião foi decidido contactar o Sr. Presidente da Junta da Sertã, a fim de comunicar tal decisão e saber da disponibilidade da Junta para participar nas despesas em proporção do número de crianças dessa freguesia.

Entretanto, contactado um membro do executivo da União de Freguesias da Ermida e Figueiredo, de imediato se disponibilizou para participar com apoio para tal evento.

Vimos, junto da Freguesia da Sertã, solicitar a participação para esta iniciativa, embora já o tenhamos feito por telefone.

Agradecemos que tal decisão nos seja comunicada com a maior brevidade possível, e através deste endereço de e-mail, para podermos informar a Sra. Coordenadora, bem como, a União de Freguesias da

Ermida e Figueiredo.

Cumprimentos,

A Presidente de Junta de Freguesia da Várzea dos Cavaleiros,

Maria Gracinda Marçal

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized initial 'M' followed by a complex, scribbled-out name.



Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Srs. Vereadores,

Srs. Deputados Municipais,

Comunicação Social Presente,

Estimados cidadãos presentes e que nos escutam via Rádio Condestável,

Antes de apresentar o tema que motiva a minha intervenção de hoje, gostaria de parabenizar os alunos do Concelho da Sertã que participam ou já participaram na iniciativa Parlamento dos Jovens ou noutras semelhantes. Agradeço igualmente o apoio do Município e das Escolas que permitem aos alunos irem mais além enquanto cidadãos.

O maior motor de evolução da Sociedade é ela própria. Todos somos importantes. Não haja ilusões.

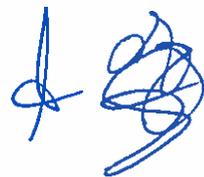
Sabemos, também, que a educação - a que se aprende em casa - e a instrução - a que recebemos na Escola munem-nos de valores que nos guiam para toda a vida e nos fazem crescer enquanto Homens e Mulheres.

Nesse sentido, e sabendo que a inserção e o desenvolvimento do cidadão em comunidade é igualmente essencial para o seu futuro, proponho a criação do Conselho Municipal de Juventude no Concelho da Sertã.

O órgão a criar congregará associações de estudantes e entidades que trabalham com e para os jovens e irá apresentar propostas e pareceres no que toca às políticas municipais direcionadas à juventude.

O Conselho Municipal de Juventude será, por excelência, um espaço de debate, pondo à prova as ideias, projetos e argumentos dos mais jovens, inculcando os valores democráticos de forma prática e respeitando o pluralismo de ideias e a diferença.

Casos de sucesso: Faro, Loures, Viseu e até Pombal, onde a união dos representantes dos jovens já passou para fora das paredes que acolhem reuniões e já se transformou em fóruns de discussão mais alargados e em actividades de cariz desportivo, cultural e solidário.



Mas esta simples proposta não pode nem deve findar-se em si própria. Não vale a pena explicar as várias razões que têm afastado, progressivamente, os jovens da intervenção pública. Nós jovens, Homens e Mulheres do futuro, temos de ser os primeiros a dar o passo à frente, lutando pelo que acreditamos.

A aposta no futuro não pode partir só do Governo central, das autarquias ou mesmo só das Escolas. Cada um de nós, presentes nesta sala ou a ouvir estas palavras pela rádio, podemos e devemos pensar no contributo que deve dar para o futuro.

Pais: incentivem os vossos filhos a pensar fora da caixa. A pensar além dos livros, além dos trabalhos de casa ou além do computador. Mostrem-lhes como é importante participarmos numa actividade de grupo, jogando futebol, sendo executante numa Banda, dançando no rancho, sendo voluntário em causas solidárias, sendo militante activo de um partido ou mesmo desafiando as supostas leis da Economia que nos tentam mostrar que só somos bons no Estrangeiro.

Jovens: o futuro começa agora. Agora é hora de lutar e de mostrar tudo o que valemos. É hora de dizermos qual o futuro que queremos para a nossa freguesia, para o nosso Concelho, para a nossa Região, para o nosso País. E até para o Mundo!

Se nos empenharmos e nos unirmos seremos bons em qualquer lugar. Certo é, que o nível de dificuldade para alcançar o sucesso parece cada vez mais alto. Mas essa luta é que fascina. Essa luta é que nos move. Essa luta, pela felicidade, pela realização pessoal e profissional não tem limites. O Futuro não tem limites. E há muitos séculos que os portugueses deram provas irrefutáveis que passar para além da taprobana é possível.

Obrigada pela vossa atenção.



Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Secretári(a)os,

Ex.mo Sr. Presidente da Câmara Municipal,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Vereador(a)es,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. Deputad(a)os,

Ex.mo(a)s Sr(a)s. da Comunicação Social,

Ex.mo Público,

Gostaria de começar por questionar a actual situação da EN/ER 238 e se a mesma actualmente já é da inteira responsabilidade das Estradas de Portugal?

Tendo em atenção a divulgação esta semana do Relatório Final do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado – GT IEVA que teve como objectivo base definir um conjunto prioritário de projectos e recomendações relativamente às infraestruturas de transporte nacional para os próximos 7 anos, gostaria de efectuar as seguintes considerações:

- Na fase de triagem e pré-selecção de projectos (proposta inicial) foram considerados 123 projectos rodoviários. Seria interessante saber se a EN 238 foi considerada ou nem foi lembrada.
- Temos a certeza que nos 23 projectos rodoviários em análise no projecto, seleccionados pelo grupo de trabalho, a EN 238 não foi considerada;
- Foi dada prioridade clara aos sectores marítimo e ferroviário com 87% dos 30 projectos prioritários, com diversas obras semelhantes localizadas sobretudo de Aveiro para cima e de Lisboa para baixo.

Isto é:

- Estão a replicar o mesmo tipo de obras ao longo do País mas não considerando o centro do País;
- As regiões mais beneficiadas neste estudo já o tinham sido no passado no sector rodoviário;
- Estas obras são concorrentes entre si e algumas concorrentes das vias rodoviárias já existentes;

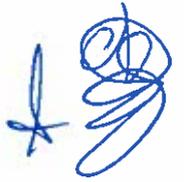
Permitam-me uma conclusão simplista: Quem não tinha infraestruturas de transporte continua a não as ter e quem já tinha (e em alguns casos em excesso) essa elevada vantagem competitiva passa ainda a ter mais. Novamente os mesmos ficam com quase tudo.



Este estudo está actualmente em fase de consulta pública e espero que o Município da Sertã possa contribuir salientando as injustiças do mesmo e recorde da extrema necessidade da requalificação da EN238, assim como, chame a atenção e pressione a Comunidade Médio Tejo e a CCDRC para o mesmo e para a redução de competitividade em que a região poderá incorrer.

Agradeço a atenção dispensada,

Nuno Melo



Boa tarde a todos.

São dois os temas que me trazem a intervir nesta sessão e ambos de grande interesse para a população.

Em primeiro lugar, destaco a falta de estacionamento na Sertã e Cernache do Bonjardim e o ineficaz método aplicado em alguns lugares já existentes em ambas as vilas.

Sr. Presidente, julgo que será do interesse de todos os comerciantes que os estacionamentos ao redor dos seus espaços comerciais, estejam à disposição de quem vem adquirir bens ou serviços.

Mas na verdade, estes lugares encontram-se quase sempre ocupados pelo simpático vizinho comerciante ou pelo empresário que trabalha por cima do estabelecimento e que estacionam das 9h às 19h à sua porta.

Assim sendo, sugeria que fossem aplicadas simples alterações que resolvessem parcialmente o problema, tais como aplicar estacionamento de duração limitada em determinadas zonas, num período horário a estabelecer.

Dou como exemplos a atribulada Avenida Gonçalo Rodrigues Caldeira, o Largo Ferreira Ribeiro (estacionamento junto à praça de táxis na Sertã), a Rua dos Pinheiros na zona do Mercado Municipal de Cernache do Bonjardim e ainda na mesma vila, o pequeno estacionamento à entrada da rua Dom Nuno Alvares Pereira junto à Igreja Matriz.

É cómodo podermos sair do carro e entrar no nosso local de trabalho sem dar mais que 10 passos, mas realço que a todos nós que habitualmente condicionamos estas zonas, não faltam alternativas durante longos períodos de tempo, nas áreas circundantes às diversas zonas que referi.

O segundo tema, recai sobre os pavilhões gimnodesportivos das vilas já referenciadas. É do conhecimento de quem frequenta estes espaços desportivos, que ambos têm deficiências com origem na construção ou simples desgaste provocado pelo tempo.

Começando pelo pavilhão da Sertã, este possui uma cobertura que permite infiltrações e conseqüentemente impossibilita a plena utilização do mesmo.

E não sendo técnica da área em causa mas considerando os valores já dispendidos com remendos, questiono se não seria financeiramente mais interessante resolver a questão uma nova cobertura, pois acima de tudo resolvia o problema de vez, (o que era do agrado da população) e evitava males maiores.



Quanto ao pavilhão de Cernache do Bonjardim, o piso bastante perigoso, tornando-se escorregadio e conseqüentemente inutilizável em dias de elevada humidade no ar.

Não duvido que neste espaço haverá certamente soluções para esta situação. Além disto, seria relevante rever a utilidade das salas superiores, pois as mesmas encontram-se inacabadas. Era importante dar-lhes a utilidade para que foram projetadas.

Face ao exposto, urge tratar destes temas pois não significa se cuidar da imagem pública, estamos a falar de um grau de perigosidade elevado na utilização destes estabelecimentos pelos munícipes.

Obrigado pela vossa atenção.

Patricia Cadete



INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Em 19 de Dezembro de 2013, comemorámos os 500 anos da concessão do foral às Vilas de Pedrógão Pequeno e da Sertã.

Aproveito, para transmitir uma palavra de gratidão a todos os que com a sua disponibilidade e empenhamento permitiram viabilizar a comemoração destes acontecimentos.

Reitero, de novo, o apelo que formulei em anteriores comemorações desta efeméride: "que os sertaginenses continuem a empenhar-se na celebração desta data, emprestando-lhe o realce que outras terras culturalmente menos dotadas destes valores histórico-patrimoniais lhes atribuem, não subestimando as riquezas histórico-culturais, divulgando-as, e dando a conhecer o que no Concelho da Sertã de bom existe, designadamente, a nível da gastronomia, da paisagem e do ambiente".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Nessa data, na sessão da Assembleia Municipal realizada antes do início destas comemorações, talvez por estarmos um pouco pressionados com o tempo, talvez por cansaço, em virtude de se terem efectuado diversas votações, foi indicado para o Conselho Local de Acção Social, como representante das Juntas de Freguesia, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Troviscal, Senhor Manuel Nogueira Figueiredo.

Da referida votação resultaram dezoito votos a favor, dez contra e um nulo.

Foi, pois, eleito por maioria.

Por consenso, entre todos os parceiros do Conselho Local de Acção Social da Sertã, "foi proposto manter a sua constituição actual, com excepção do representante das Juntas de Freguesia que, por deliberação da Assembleia Municipal da Sertã, passou a ser a Freguesia do Troviscal".

Nada a comentar.

Porém, "errar é humano", e o reconhecimento de um erro é sempre louvável.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Antes de continuar, quero deixar bem sublinhado que nada me move pessoal ou político contra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Troviscal, mas, não ficaria bem comigo, se não alertasse esta Assembleia da precipitação de indicar e votar V. Exa. para o desempenho desta missão, embora o faça tardiamente.

Temos, actualmente, entre os dez eleitos Presidentes de Junta, duas Senhoras, as Presidentes das Juntas do Castelo e da Várzea dos Cavaleiros, o que não acontecia no quadriénio anterior.

Este facto, bastaria para que, com um pouco mais de calma e ponderação, fosse uma delas a indicada para o desempenho dessa incumbência, considerando eu, que pela sua formação académica, essa escolha devia ter recaído na Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Várzea dos Cavaleiros, Dra. Maria Gracinda Marçal.

Reiterando que "errar é humano", e o reconhecimento de um erro é sempre louvável, tenho esperança que o bom senso e o sentido de responsabilidade das funções em que estamos investidos se sobreponham à cor partidária, assim como tenho a certeza que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Troviscal será o primeiro a dar o aval à respectiva substituição.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Embora na Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, este informe que remeteu na "Íntegra aos Senhores Líderes de Bancada dos Partidos representados na Assembleia Municipal", o Processo Administrativo nº 3/12, de 7 de Janeiro de 2014, do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, solicito o seu envio electrónico para o "mail" que indiquei aos Serviços da Câmara para remessa do expediente.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

Termino, recordando que, não obstante algumas mentes distorcidas clamarem o contrário, todos os membros da bancada do Partido Socialista estão aqui imbuídos de um espírito de bem servir, pelo que, mesmo quando em desacordo, as nossas divergências visam tão só a busca de melhores soluções para o esclarecimento, a transparência e o bem comum.

14.02.01

Assembleia Municipal da Sertã

Período da Ordem do Dia

Ponto 2.2

Os Municípios e as Juntas de Freguesia são os principais instrumentos de participação democrática e participativa, é necessário que nós os representantes criemos canais de interlocução permanente com os segmentos representados e as suas intervenções sejam pautadas na defesa de interesses colectivos e não interesses particulares.

As manifestações da sociedade civil de forma organizada tornaram-se em movimentos de participação política, devido à falta de políticas sociais nas diversas áreas, saúde, emprego, educação, assistência social, meio ambiente, habitação, defesa das crianças, adolescentes e idosos entre outros.

A construção de novos espaços de participação dos cidadãos em que sejam discutidas de forma pública e democrática as questões relacionadas com a política local, representaria um considerável avanço e uma conquista, uma conquista de participação nesses espaços significaria uma mudança em termos de igualdade.

A diversidade de opiniões, a pluralidade de ideias, as diferentes visões políticas existentes, as relações de poder que se estabelecem no exercício da negociação entre as autarquias e a sociedade civil viriam enriquecer a relação democrática com os eleitos locais, pois a participação da sociedade civil não se pode cingir somente à reivindicação dos direitos sociais mas também à definição dos rumos das políticas públicas, deve-se pautar também por uma participação democrática, o principal desafio é a construção de uma prática reveladora de uma representação democrática, transparente e que corresponda realmente aos anseios dos seus representantes.

Considero que devem ser criadas formas de relação e diálogo de troca de uma prática com base representativa, caso contrário a participação pode transformar-se, dependendo da forma como a

autarquia conduza a política em mera avalizadora de acções dos executivos.

Hoje o desenvolvimento estratégico não passa por projectos megalómanos como aconteceu no passado, alguns dos quais hipotecaram o nosso futuro.

O desenvolvimento estratégico deve passar por questões que possam ser imediatamente resolvidas e que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Diariamente todos os autarcas se debatem com política participativa pois têm uma relação de diálogo com os seus eleitores, através das sugestões, das solicitações, do decorrer de inúmeros trabalhos, tudo porquê? Porque nós os autarcas não conseguimos corresponder a todos os anseios de quem nos elegeu, para enriquecer o envolvimento da sociedade nos assuntos do Município e das Juntas de Freguesia, poderiam ser criadas caixas de sugestões para quem as pretendesse utilizar.

Para bom funcionamento de promoção de envolvimento da sociedade no debate de assuntos estratégicos do Município, terá de futuro que ser reservada uma parcela do orçamento municipal para introduzir ideias e projectos propostos pelos cidadãos, tipo orçamento participativo, para isso é necessário elaborar o referido projecto onde todos os partidos devem ter o seu contributo, terá que ser um trabalho bem elaborado a fim de ter enquadramento legal.

Muito obrigado!

Cernache do Bonjardim, 01 de Fevereiro de 2014

O Presidente da União de Freguesias de C. Bonjardim, Nespéral e Palhais

Diamantino Calado Pina

DECLARAÇÃO DE VOTO

PROPOSTA Nº. 16 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL

A "Proposta nº. 16" apresentada à reunião da Câmara Municipal, pode ler-se que se irá proceder a "Abertura de procedimento concursal para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, nos termos da Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, nas suas redacções actuais e Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro - Orçamento de Estado para 2014".

Ora, a Lei nº. 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas, definindo o regime jurídico-funcional aplicável a cada modalidade de constituição de relação jurídica de emprego público.

A Lei em causa aplica-se aos serviços da administração directa e indirecta do Estado, e ainda aos serviços das administrações regionais e locais.

Por seu lado, a Portaria 83-A/2009, de 22 de Janeiro, tem por objectivo regulamentar tal procedimento em toda a amplitude que lhe é permitida pela Lei nº. 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, isto é, quer na vertente da ocupação imediata de postos de trabalho, quer na de constituição de reservas de recrutamento.

A Lei nº. 83-C/2013, de 31 de Dezembro, (Orçamento do Estado para 2014), preceitua que "é proibido proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída".

Acrescenta, porém, no artigo 48º. - Controlo de recrutamento de trabalhadores - que "em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública podem autorizar a abertura de procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem os seguintes requisitos cumulativos:

- a) Existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderando, designadamente, a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade da Administração Pública a que se destina o recrutamento, bem como a evolução global dos recursos humanos do ministério de que depende o órgão ou serviço;
- b) Impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa por trabalhadores com relação jurídica de emprego público previamente constituída, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade;
- c) Declaração de cabimento orçamental emitida pelo órgão, serviço ou entidade requerente;
- d) Cumprimento, pontual e integral, dos deveres de informação previstos na Lei nº. 57/2011, de 28 de Novembro, alterada pela Lei nº. 66-B/2012, de 31 de Dezembro;
- e) Demonstração do cumprimento das medidas de redução mínima, estabelecidas tendo em vista o cumprimento do Programa de Assistência Económica e Financeira ("PAEF"), considerando o número de trabalhadores em causa no termo do ano anterior;
- f) Parecer prévio favorável do membro do Governo de que depende o órgão ou serviço que pretende efectuar o recrutamento". '

O artigo 64º. - Controlo do recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais, dispõe que:

1 - As autarquias locais não podem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.



2 - Em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, o órgão deliberativo, sob proposta do respectivo órgão executivo, pode autorizar a abertura dos procedimentos concursais a que se refere o número anterior, fixando, caso a caso, o número máximo de trabalhadores a recrutar e desde que se verifiquem cumulativamente o requisito enunciado nas alíneas b), d), e e) do nº. 2 do artigo 48º. e os seguintes requisitos cumulativos:

a) Seja imprescindível o recrutamento, tendo em vista assegurar o cumprimento das obrigações de prestação de serviço público legalmente estabelecidas e ponderada a carência dos recursos humanos no sector de actividade a que aquele se destina, bem como a evolução global dos recursos humanos na autarquia em causa;

b) Seja demonstrado que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam.

Em virtude de, não entender vir explicitado na "Proposta nº. 16", o estatuído na alínea a), nº. 2, artigo 48º., da Lei 83-C/2013, de 31 de Dezembro - Controlo de recrutamento de trabalhadores - "a existência de relevante interesse público no recrutamento", bem como o previsto na alínea b) do artigo 64º., da citada Lei - Controlo de recrutamento de trabalhadores nas autarquias locais - "a demonstração que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos nos orçamentos dos serviços a que respeitam", abstenho-me de dar o meu aval à abertura do procedimento concursal solicitado.

Sertã, 1 de Fevereiro de 2014

O Deputado da Assembleia Municipal

José Paulo Barata Farinha

Ex.^{ma} Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Sertão
 Ex.^{ma} Senhora e Ex.^{ma} Srs. Secretários da Assembleia
 Ex.^{ma} Senhor Presidente da Câmara Municipal da Sertão
 Ex.^{mas} Senhoras e Srs. Deputados Municipais
 Ex.^{ma} Senhora e Srs. Vereadores
 Ex.^{ma} Comunicação Social
 Ex.^{ma} Senhora Técnica Assistente
 Ex.^{ma} Srs. Piótiros Presente a Rádio ouviute

A todos os meus respetos, Cumprimentos

Cernache do Bonjardim, foi um centro rodoviário de alguma importância. E, durante muitos anos, enquanto existiu a Companhia Viação de Sernache, com a sede nesta vila, e, apesar de ficar apenas a um quilómetro, a então concessionária de transporte de passageiros, tinha e mantinha uma agência, no Centro da povoação, no Largo da Igreja Matriz, onde os utentes podiam esperar a Brigada da chuva, frio e vento, no inverno, e, do Sol por ver e implemente no verão e que funcionava com agrado para os passageiros, por que além das informações que prestavam, se adquiriam bilhetes, possuíam instalações sanitárias, aceitáveis para a época, e onde tinham algumas cadeiras para descanso de quem necessitava.

A concessionária de então respeitava os passageiros. Veio a nacionalização. Veio a Rodoviária. Tomaram Cernache do Bonjardim, em simples apeadeiro sem condições e em que não respeitam os passageiros, porque até alguns, mais, alguns motociclistas, nem sequer sabem do seu lugar, para receberem e arrumarem as bagagens dos idosos, que já pouco mobilidade e força têm. O apeadeiro ~~de Cernache~~ de Casal da Madalena, tem melhores condições, porque tem uma pequena cobertura e um assento, para pelo menos 3 pessoas.

As autoridades autárquicas não poderiam pressionar os actuais concessionários, a abrir um ponto de atendimento, com um mínimo de condições e uma paragem de pelo menos 8 a 10 minutos?

Sem dúvida que a afluência de passageiros diminuiu, mas →

um dos motivos não será também devido ao desprezo que a modernidade votou os possíveis utilizadores?

tem eles a liberdade de proceder como bem entenderem, e o povo libertado do jugo dos antigos donos dos transportes de passageiros, tem que se sujeitar à perda das boas condições que antigamente tinham, e aceitar a primeira oferta que actualmente tem.

Podem a população esperar uma resolução aceitável deste assunto?
tenho dito

Cel. n.º de Bonfandim, 1 de Fevereiro de 2014

Leandro M. Sathicis